



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 1 de 88

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da **Divisão de Licitações do Departamento de Polícia Penal – CNPJ 76.416.932/0001-81**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

PREGÃO ELETRÔNICO: nº GMS: PE-276/2026 UASG: 453079 nº ComprasGov:nº ComprasGov: 90276/2026 TIPO: Menor preço	UASG: 453079 Início da sessão / disputa de lances: 14 h 00 min do dia 01/07/2026 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	--

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de R\$ 2.943.600,00 (Dois milhões novecentos e quarenta e três mil e seiscentos reais).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotação orçamentária: 3917.06.421.30.8383

Elemento da despesa: 3390.39

Fonte: 500 e/ou 501

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações do Portal de Compras do Governo Federal. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o www.compras.gov.br.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas www.pncp.gov.br, www.comprasparana.pr.gov.br e www.compras.gov.br.

Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro HEVERTON GIL SANTOS GONÇALVES SCHUPEL e equipe de apoio, designados pela Portaria n.º 051/2025 DEPPEN/GABINETE, servidores da Polícia Penal do Paraná.

- **E-mail:** dlic.deppen@policiapenal.pr.gov.br

- **Telefones:** (41) 3294-2990

- **Endereço:** Rua Maria Petroski, 3312 – Bacacheri - 82600-730 - Curitiba - PR

- **O atendimento será feito no horário das 08h00 às 12 h e das 13h00 às 17 h**

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico site www.comprasparana.pr.gov.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 2 de 88

observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

2.1 Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1 Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.1.2 No sistema de compras eletrônicas, os licitantes deverão lançar obrigatoriamente os valores unitários de cada item. O sistema calculará automaticamente o valor global do lote com base na soma dos valores totais de cada item.

2.2 O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**

2.3 Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s), serão desclassificadas.”

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:

4.1 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato.

5 PROPOSTA PARCIAL:

5.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

6 CONSÓRCIO:

6.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

7 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Termo de vistoria/declaração de conhecimento;
- Anexo VII – Locais de Entrega;
- Anexo VIII – Minuta de Contrato;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 3 de 88

- Anexo IX – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo X – Declaração LGPD.

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, na página www.compras.gov.br.

1.3 O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

1.4 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor ou, ainda, por meio dos telefones 0800.978.9001 para todas as localidades, suporte técnico realizado de segunda à sexta-feira, de 07:00 às 20:00 horas.

1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual - Portal de Compras do Governo Federal implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.5 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 01 do presente Edital.

2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

2.3.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 4 de 88

2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3 PROPOSTA INICIAL

3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3 Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1 Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5 O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor unitário e total do item;

4.1.2 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

4.3.1 O contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

4.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.4 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

4.4.1 Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

4.4.2 Cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

4.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7 Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses,



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 5 de 88

devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

4.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

5.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de [R\$ 0,01] (um centavo de real).

5.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo de Menor preço e os das ofertas com preços até 10 (dez) por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores de Menor preço.

5.12.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

5.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 6 de 88

5.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.16 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18 O Critério de julgamento adotado será o de Menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

5.21 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.22 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.23 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

5.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.28.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 01 (um) dia útil, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.28.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

5.29 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

6.2 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

6.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 7 de 88

se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.2 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.2.3 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.2.4 A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais

6.2.5 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecuível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.2.5.1 Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexecuível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

6.3 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do previsto no art. 92 do Decreto n.º 10.086, de 2022, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 1 (um) dia útil (quando se referir à proposta) e de 2 (dois) dias úteis (quando se referir à habilitação), sob pena de não aceitação da proposta.

6.4.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.5 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados.

6.6 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação às parcelas de serviços envolvidas na contratação;

6.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

6.7.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.7.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

6.10 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.11.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 8 de 88

6.12 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.13 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.14 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.14.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.14.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

6.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos.

8.1.2 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3 do EDITAL) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 9 de 88

8.1.2.1 Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3 do convênio, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.3 Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.4 Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2 Nos termos do §1º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

9. OS RECURSOS

9.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

9.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.4 Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

9.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o adjudicatário opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do Art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.2 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 10 de 88

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.8 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 11 de 88

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

13.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

13.8 O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba – Paraná, *datado eletronicamente*

Assinado eletronicamente

Adriano da Costa Nunes

Responsável pela elaboração da minuta de edital
Divisão de Licitações



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 12 de 88

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 02/2026

DESTINAÇÃO FINAL DE COLCHÕES USADOS

PROTOCOLO: 24.663.468-8

1 OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis, através de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, conforme especificações estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

LOTE 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 1 – CURITIBA					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	13.068	R\$ 55,00	R\$ 718.740,00

LOTE 2 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 2 – PONTA GROSSA					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	4.260	R\$ 55,00	R\$ 234.300,00

LOTE 3 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 3 – GUARAPUAVA					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	3.392	R\$ 55,00	R\$ 186.560,00

LOTE 4 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
-----------------------------	--	--	--	--	--



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 13 de 88

REGIONAL 4 – LONDRINA					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	10.295	R\$ 55,00	R\$ 566.225,00

LOTE 5 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 5 – MARINGÁ					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	4.968	R\$ 55,00	R\$ 273.240,00

LOTE 6 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 6 – UMUARAMA					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	5.484	R\$ 55,00	R\$ 301.620,00

LOTE 7 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 7 – FRANCISCO BELTRÃO					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	3.706	R\$ 55,00	R\$ 203.830,00

LOTE 8 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 8 – CASCAVEL					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	3.223	R\$ 55,00	R\$ 177.265,00



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 14 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

LOTE 9 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 9 – FOZ DO IGUAÇU					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	5.124	R\$ 55,00	R\$ 281.820,00

QUANTIDADE TOTAL DE COLCHÕES A SER COLETADO	VALORTOTAL DOS LOTES
53.520	R\$ 2.943.600,00

1.1.2 Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados nas tabelas acima;

1.1.3 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, (correspondente ao valor do colchão coletado);

1.1.4O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021. A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato.

1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1 A execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, consistentes em colchões inservíveis, abrangerá as 118 (cento e dezoito) unidades penais atualmente sob gestão do DEPPEN, bem como aquelas que vierem a ser inauguradas. A empresa contratada deverá proceder ao recolhimento dos materiais e encaminhá-los a local devidamente licenciado, em estrita observância às normas ambientais e de vigilância sanitária vigentes, a partir da assinatura do contrato;

1.2.2Os veículos utilizados para coleta e transporte externo dos resíduos devem atender às exigências legais e às normas da ABNT;

1.2.3 Os locais e as quantidades de colchões que serão recolhidos estão previstos no item 1.4 deste Termo de Referência;

1.2.4 As coletas dos resíduos deverão ser realizadas sempre que demandadas pela Divisão Administrativa e Financeira (DIAF) de cada unidade penal, nos dias e horários por ela definidos, considerando as especificidades operacionais e a peculiaridade de funcionamento de cada unidade penal;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 15 de 88

1.2.5 A coleta dos colchões inservíveis e usados pela unidade penal deverá ser realizada em, no máximo, 10 (dez) dias após a solicitação de recolhimento;

1.2.6 Caberá à CONTRATADA apresentar, nos dias das coletas, os operários devidamente uniformizados e com os EPIs necessários ao desempenho do serviço contratado, providenciando também veículos e equipamentos suficientes para perfeita realização dos serviços;

1.3 DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1 No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, não fora inserido o Catálogo Eletrônico de Contratação, em conformidade com o art. 174, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como não foi criado o Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços, de modo a atender o art. 20, II do Decreto nº 10.086/2022, sendo os itens cadastrados apenas junto ao Sistema de Gestão de Materiais e Serviços – GMS.

1.4 DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.4.1A prestação dos serviços de coleta dos colchões deverá ser realizada nos endereços abaixo relacionados:

LOTE 01 – REGIONAL DE CURITIBA				
UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ARAUCÁRIA	61	61	Rua Dr. Honestálio Guimarães, 147 - Araucária	83702-580
CADEIA PÚBLICA DE COLOMBO	85	85	Rua José Cavassin, 81 – Colombo.	83414-120
CADEIA PÚBLICA DE CURITIBA	371	371	Rua Manoel Valdomiro de Macedo, 2921 - Curitiba.	81170-150
CADEIA PÚBLICA DE GUARATUBA	84	84	Avenida Cubatão, nº 100 - Guaratuba	83280-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANAGUÁ	83	83	Rua Vieira dos Santos, 200 - Paranaguá	83203-050
CADEIA PÚBLICA DE RIO NEGRO	55	55	Av. Ildefonso Camargo de Mello, 315 - Rio Negro.	83880-000
CASA DE CUSTÓDIA DE CURITIBA	768	768	Rua José Cheinfert, S/N - Curitiba	80611-970
CADEIA PUBLICADE CAMPO LARGO	114	114	Rua Joanim Stroparo, 786 - Centro - Campo Largo	83601-460
CASA DE CUSTÓDIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	1038	1038	Rua Sebastiana Santana Fraga, 427 - São José dos Pinhais	83060-500
COLÔNIA PENAL AGROINDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ	555	555	Avenida Brasília, S/N - Piraquara	83303-320
COMPLEXO MÉDICO PENAL DO PARANÁ	508	508	Avenida Ivone Pimentel, 1.639 - Pinhais	83327-700
CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	1.734	1.734	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 16 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	154	154	Rua Isidio Alves Ribeiro, nº 2800 - Piraquara	83301-970
PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO	574	574	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO II - UNIDADE DE SEGURANÇA	1775	1775	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA - PISP	440	440	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA	704	704	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA II	1.278	1.278	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ - PFP	501	501	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
RESERVA TÉCNICA	2186	2186		
TOTAL	13.068	13.068		

LOTE 02 – REGIONAL DE PONTA GROSSA				
UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ARAPOTI	21	21	Rua José Jorge Direne, 502 - Arapoti	84990-001
CADEIA PÚBLICA DE CASTRO	150	150	Rua Tiradentes, 120 - Castro	84165-630
CADEIA PÚBLICA DE JAGUARIAIVA	181	181	Rua Rocha Pombo, 188 - Jaguariaiva	84200-000
CADEIA PÚBLICA DE ORTIGUEIRA	68	68	Avenida Laurindo Barbosa de Macedo, 731 - Ortigueira	84350-000
CADEIA PÚBLICA DE SENEGES	77	77	Rua Vereador Francisco Maia, 72 - Sengés	84220-000
CADEIA PÚBLICA DE TELÊMACO BORBA	320	320	Avenida Osório Almeida Taques, 300 - Telêmaco Borba	84260-680
CADEIA PÚBLICA DE WENCESLAU BRAZ	84	84	Avenida Mal. Deodoro da Fonseca, 367 - Wenceslau Braz	84950-000
CADEIA PÚBLICA HILDEBRANDO DE SOUZA DE PONTA GROSSA	814	814	Rua João Gualberto, S/N - Ponta Grossa	84046-070
CRSL – LAPA - EXTENSÃO - ALOJAMENTO DA PEPG- US	191	191	Rua Amazonas, 34 - Lapa	83750-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA - US	526	526	Rua Batuíra, 600 - Ponta Grossa	84043-190
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UNID. PROGRESSÃO	250	250	Rua Carlos Cavalcanti, 8000 - Ponta Grossa	84030-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA II - LODEVAL SANTOS RIBAS	864	864	Rua João Gualberto, S/N - Ponta Grossa	84043-190
RESERVA TÉCNICA	714	714		
TOTAL	4.260	4.260		

LOTE 03 - REGIONAL DE GUARAPUAVA



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 17 de 88

UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE GUARAPUAVA	545	545	Rua Barão de Capanema, 1700 - Guarapuava	85015-280
CADEIA PÚBLICA DE IRATI	117	117	Rua XV de Julho, 650 - Irati	85500-000
CADEIA PÚBLICA DE LARANJEIRAS DO SUL	162	162	Rua Duque de Caxias, 1190 - Laranjeiras do Sul	85301-000
CADEIA PÚBLICA DE MANOEL RIBAS	82	82	Rua Princesa Isabel, 273 - Manoel Ribas	85260-000
CADEIA PÚBLICA DE PINHÃO	77	77	Rua XV de Novembro, 28 - Pinhão	85170-000
CADEIA PÚBLICA DE PITANGA	104	104	Rua José Klosowski, 881 - Pitanga	85200-000
CADEIA PÚBLICA DE PRUDENTÓPOLIS	92	92	Rua Silvas do Brasil, 320 - Prudentópolis	84400-000
CADEIA PÚBLICA DE RESERVA	74	74	Rua Quintino Bocaiúva, 620 - Reserva	84320-000
CADEIA PÚBLICA DE SAO MATEUS DO SUL	100	100	Rua Theodoro Toppel, 625 - São Mateus do Sul	83900-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE GUARAPUAVA U.P	318	318	Rua Flávio Correia dos Santos, 400 - Guarapuava	85053-390
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA	495	495	Rua Dário Borges de Lis, 439 - Guarapuava	85063-480
CADEIA PÚBLICA DE LARANJEIRAS – REGIONAL 3 (LOTE 03) (A SER INAUGURADA)	752	752	Rua Pintado S/N – Laranjeiras do Sul	85304-566
RESERVA TÉCNICA	565	565		
TOTAL	3.392	3.392		

LOTE 04 - REGIONAL DE LONDRINA				
UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ANDIRA	0	0	Travessa São Francisco de Assis, 115 – Vila Americana - Andirá	86380-000
CADEIA PÚBLICA DE APUCARANA	436	436	Rua Nova Ucrânia, 688 – Vila Nossa Senhora da Conceição - Apucarana	86902-500
CASA DE CUSTÓDIA DE ARAPONGAS	274	274	Rua Rouxinol, 5846 - Jardim Alto da Boa Vista - Arapongas	86706-764
CADEIA PÚBLICA DE BANDEIRANTES	145	145	Av. Edelina Meneghel Rando, nº 2729 - Bandeirantes	86360-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMBARÁ	136	136	Rua Benjamin Constat, 1155 – Centro - Cambará	86390-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMBÉ	206	206	Rua da Esperança, 50 - Jardim Alvorada - Cambé	86191-010
CADEIA PÚBLICA DE CARLOPOLIS	100	100	Av. Elson Soares, 1005 - Carlópolis	86420-000
CADEIA PÚBLICA DE CORNELIO PROCOPIO	419	419	Rua Gralha Azul, S/N – Jardim Primavera - Cornélio Procopio	86300-000
CADEIA PÚBLICA DE FAXINAL	130	130	Rua Leonidas Buy, nº 744, Centro - Faxinal	86840-000



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 18 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CADEIA PÚBLICA DE IBAITI	181	181	Rua Antonio Moura Bueno, 869 – Centro - Ibaiti	84900-000
CADEIA PÚBLICA DE IBIPORA	138	138	Rua Antônia de Barros, 560 - Centro, Ibi-porã	86200-000
CADEIA PÚBLICA DE IVAIPORA	143	143	Rua Emílio Menezes, nº 230 - Centro, Ivaiporã	86870-000
CADEIA PÚBLICA DE JACAREZINHO	149	149	Rua Coronel Batista, 15 – Centro - Jacarezinho	86400-000
CADEIA PÚBLICA DE PORECATU	124	124	Avenida Antonio Fernandes, 312 – Centro - Porecatu	86160-000
CADEIA PÚBLICA DE ROLÂNDIA	245	245	Avenida Arthur Thomas, 620 – Centro - Rolândia	86600-000
CADEIA PÚBLICA DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	100	100	Rua Pedro Claro Oliveira, 149 – Vila Claro – Sto. Antonio da Platina	86430-000
CADEIA PÚBLICA FEMININA DE LONDRINA	270	270	Rua Serra do Roncador, 1192 - Jardim Novo Bandeirantes - Londrina	86065-590
CADEIA PÚBLICA MASCULINA DE LONDRINA - CITL	121	121	Av. Dez de Dezembro, 4440 - Europa, - Londrina	86046-050
CASA DE CUSTÓDIA DE LONDRINA	648	648	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 6000 - Estrada para Maravilha - Londrina	86109-990
CENTRO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE ASSAÍ (CRESA)	238	238	Av Paul Harris, 170 - Assaí	86220-000
CENTRO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DE LONDRINA	444	444	Rua Santa Marta, 427 - Jardim Espanha - Londrina	86027-550
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA	772	772	Rua Maria da Glória Barroso Casarin, 100 - Londrina	86045-140
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA II	1.220	1.220	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 5925 - Londrina	86041-271
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA III	1.133	1.133	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 5825 - Londrina	86045-140
PENITENCIÁRIA DE RIBEIRÃO DO PINHAL - REGIONAL 4 (LOTE 04) (A SER INAUGURADA)	800	800	PR 439 S/N – Ribeirão do Pinhal	86490-000
RESERVA TÉCNICA	1723	1723		
TOTAL	10.295	10.295		

LOTE 05 - REGIONAL DE MARINGÁ				
UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ALTO PARANA	72	72	Rua Estados Unidos, 3334 - Alto Paraná	87750-000
CADEIA PÚBLICA DE ASTORGA	117	117	Rua José Abrahão Keide, 1310 - Astorga	86730-000
CADEIA PÚBLICA DE COLORADO	137	137	Rua Rio Grande do Norte, 191 - Colorado	86690-000
CADEIA PÚBLICA DE ENGENHEIRO BELTRÃO	74	74	Rua General Osório, 100 - Engenheiro Beltrão	87270-000



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 19 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CADEIA PÚBLICA DE JANDAIA DO SUL	79	79	Rua Clementino Schiavon Puppi, 454 - Jandaia do Sul	86900-000
CADEIA PÚBLICA DE MANDAGUAÇU	67	67	Avenida Ney Braga, 630 - Mandaguaçu	87160-000
CADEIA PÚBLICA DE MANDAGUARI	100	100	Rua Santos Dumont, 1000 - Mandaguari	86975-000
CADEIA PÚBLICA DE MARIALVA	108	108	Rua Santa Efigênia, 1428 - Marialva	86990-000
CADEIA PÚBLICA DE MARINGÁ	296	296	Rua Mandacaru, 560 - Maringá	87080-060
CADEIA PUBLICA DE NOVA ESPERANÇA	72	72	Rua Visconde de Guarapuava, 305 - Nova Esperança	87600-000
CADEIA PÚBLICA DE NOVA LONDRINA	107	107	Avenida Fioravante José Montanher, 810 - Nova Londrina	87970-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANACITY	143	143	Avenida Brasil, 972 - Paranacity	87660-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANAVAI	340	340	Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, 4300 - Paranavaí	87707-000
CADEIA PÚBLICA DE SARANDI	240	240	Rua Guaiaipó, 113 - Sarandi	86111-120
CASA DE CUSTÓDIA DE MARINGÁ	1.252	1.252	Estrada Velha para Paiçandu, 2704 - Maringá	87001-970
COLÔNIA PENAL INDUSTRIAL DE MARINGÁ	406	406	Estrada Velha para Paiçandu, 2812 - Maringá	87065-165
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ	530	530	Estrada Velha para Paiçandu - Maringá	87065-130
RESERVA TÉCNICA	828	828		
TOTAL	4.968	4.968		

LOTE 06 - REGIONAL DE UMUARAMA				
UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ALTONIA	33	33	Avenida XV De novembro, 1487 - Altônia	87550-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO I	111	111	Travessa David Curi, S/N - Campo Mourão	87302-120
CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURAO II	508	508	Rua Celest Keler Dec, S/N - Campo Mourão	87308-070
CADEIA PÚBLICA DE CIANORTE	175	175	Rua monte verde, 91 - Cianorte	87208-016
CADEIA PÚBLICA DE CIDADE GAUCHA	43	43	Avenida Rio Grandense, 1509 - Cidade Gaúcha	87820-000
CADEIA PÚBLICA DE GOIOERE	84	84	Avenida Brasília, 1.100 - Goioerê	87360-000
CADEIA PÚBLICA DE IPORÃ	57	57	Rua Senador Souza Naves, 1632 - Iporã	87560-000
CADEIA PÚBLICA DE LOANDA	145	145	Rodovia PR 182, KM 01, rodovia Loanda a Santa Isabel do Ivaí - Loanda	87900-000
CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA	193	193	Avenida Rondônia, 3299 - Umuarama	87503-470
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE	1.265	1.265	Rua Santo André, 310 - Cruzeiro do Oeste	87400-000
PENITENCIARIA ESTADUAL DE GUAÍRA	990	990	Avenida Nilton Sérgio Jacobsen, 205 - Guaíra	85980-000



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 20 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CIS CAMPO MOURÃO – REGIONAL 6 (LOTE 06) (A SER INAUGURADA)	214	214	PR 439 S/N – Ribeirão do Pinhal	87308-070
CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA – REGIONAL 6 (LOTE 06) (A SER INAUGURADA)	752	752	Estrada da Canelinha S/N – Umuarama	87507-190
RESERVA TÉCNICA	914	914		
TOTAL	5.484	5.484		

LOTE 07 - REGIONAL DE FRANCISCO BELTRÃO				
UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE CAPANEMA	131	131	Av. Espírito Santo, 476 - Capanema	85760-000
CADEIA PÚBLICA DE DOIS VIZINHOS	191	191	Av. Rio Grande do Sul, 927 - Dois Vizinhos	85660-000
CADEIA PÚBLICA DE FRANCISCO BELTRAO	160	160	Rua Tenente Camargo, 733 - Francisco Beltrão	85605-090
CADEIA PÚBLICA DE PALMAS	180	180	Av. Capitão Paulo Araújo, 363 - Palmas	85555-000
CADEIA PÚBLICA DE PATO BRANCO	506	506	Rua Xavantes, 279 - Pato Branco	85501-220
CADEIA PÚBLICA DE STO. ANTONIO DO SUDO- ESTE	182	182	Rua Prefeito Armando Facinne, 363 - Sto. Antonio do Sudoeste	85710-000
CADEIA PÚBLICA DE UNIÃO DA VITÓRIA	215	215	Rua Marechal Deodoro, 150 - União da Vi- tória	84600-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FRANCISCO BELTRÃO	1.523	1.523	ROD. PR 483, KM 12 - Francisco Beltrão	85601-970
RESERVA TÉCNICA	618	618		
TOTAL	3.706	3.706		

LOTE 08 - REGIONAL DE CASCAVEL				
UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE CAMPINA DA LAGOA	68	68	Rua Arthur Bauer, 334 - Campina da La- goa	87345-000
CADEIA PÚBLICA DE CASCAVEL	138	138	Rua da Bandeira, 1301 - Cascavel	85812-270
CADEIA PÚBLICA DE CORBELIA	65	65	Rua Rosa, 440 - Corbélia	85420-000
CADEIA PÚBLICA DE MARECHAL CANDIDO RONDON	86	86	Avenida Rio Grande do Sul, 55 - Mal. Can- dido Rondon	85960-000
CADEIA PÚBLICA DE QUEDAS DO IGUAÇU	92	92	Rua Carvalho, 3681 - Quedas do Iguaçu	85460-000
CADEIA PÚBLICA DE TOLEDO	208	208	Rua Almirante Tamandaré, 753 - Toledo	85901-210
PENITENCIÁRIA ESTADUAL THIAGO BORGES DE CARVALHO	1.589	1.589	BR 277, KM 579, S/N - Cascavel	85818-560
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL MARCELO PI- NHEIRO	438	438	BR 277, KM 579, S/N - Cascavel	85818-560
RESERVA TÉCNICA	537	537		
TOTAL	3.223	3.223		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 21 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

LOTE 09 - REGIONAL DE FOZ DO IGUAÇU				
UNIDADE	LOTAÇÃO ATUAL	QUANT. COLCHÕES	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ASSIS CHATEAUBRIAND	93	93	Avenida Cívica nº 566-610 - Assis Chateaubriand	85935-000
CADEIA PÚBLICA DE MEDIANEIRA	126	126	Avenida Lagoa Vermelha, 1333 - Medianeira	85864-000
CADEIA PÚBLICA DE PALOTINA	48	48	Rua 7 de Setembro, 477 - Palotina	85950-000
CADEIA PÚBLICA LAUDEMIR NEVES DE FOZ DO IGUAÇU	644	644	Rua Netuno, 182 - Foz do Iguaçu	85859-676
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU	557	557	Avenida Mercúrio, 850 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU - PEF IV	879	879	Avenida Mercúrio, 420 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU II	1.107	1.107	Avenida Mercúrio, 580 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU UP - PEF III	536	536	Avenida Mercúrio, 801 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU - U P	281	281	Rua Venus, 544 - Foz do Iguaçu	85859-685
RESERVA TÉCNICA	854	854		
TOTAL	5.124	5.124		
			TOTAL DE COLCHÕES	53.520

1.4.2 A CONTRATADA deverá realizar o serviço objeto da contratação de forma completa, com atendimento de todos os requisitos, sem que haja a descontinuidade nem necessidade da pasta realizar quaisquer contratações adicionais;

1.4.3 As quantidades máximas descritas são meramente referenciais, não significando, em hipótese alguma, certeza de faturamento mensal pela CONTRATADA, que deverá faturar apenas a quantidade de colchões efetivamente coletada;

1.4.4 A CONTRATADA deverá atender todos os itens que compõem o lote até o fim da vigência do contrato;

1.4.5 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;

1.4.6 A CONTRATADA deverá estar apta a comprovar que atende aos requisitos mínimos de habilitação econômico financeira, jurídica e técnico-operacional previstos no edital, bem como deve manter-se habilitada durante toda a execução dos serviços;

1.4.7 Caso seja necessário, por questões de segurança a CONTRATANTE poderá alterar a rotina da prestação dos serviços, sem aviso prévio.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 22 de 88

2 DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O sistema penitenciário do Paraná possui aproximadamente 42.100 Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs) - Dados SIGEP em 08/10/2025 - distribuídas em 118 unidades penais. Com o tempo, os colchões utilizados sofrem desgaste natural e tornam-se inservíveis, representando riscos à saúde, segurança e higiene dentro das unidades. O descarte inadequado desses materiais pode gerar impactos ambientais e comprometer a salubridade dos espaços carcerários.

Com o término da vigência do Contrato nº 474/2020, cujo objeto consiste na prestação de serviços especializados de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis e considerando a impossibilidade da formalização de novo Termo Aditivo para prorrogação contratual, face à limitação estipulada no art. 103, II da Lei 15.608/2007, que disciplina os prazos e limites para prorrogação e aditamentos, faz se necessária a instauração de novo procedimento licitatório visando a contratação de empresa especializada.

Tal providência é imprescindível para assegurar a continuidade dos serviços, de modo a evitar o acúmulo inadequado de resíduos volumosos, prevenir riscos sanitários e ambientais e garantir a observância da legislação federal e estadual aplicável à gestão de resíduos sólidos. Além disso, a nova contratação é indispensável para atender de forma regular e eficiente a demanda permanente do Órgão.

O elevado volume de colchões utilizados no sistema penitenciário do Estado do Paraná exige gestão adequada de resíduos sólidos, em conformidade com as normas ambientais, sanitárias e de segurança. A ausência de destinação correta resulta no acúmulo de materiais inservíveis, favorece a proliferação de pragas, gera riscos à saúde pública e potencial contaminação ambiental, além de comprometer a segurança interna das unidades penais. A substituição periódica dos colchões utilizados pelas Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs) é indispensável para assegurar condições mínimas de higiene, salubridade e dignidade, especialmente em ambientes de alta ocupação.

Os colchões deteriorados ou contaminados não apresentam qualquer possibilidade de reaproveitamento, devendo ser descartados de forma ambientalmente adequada. Ademais, situações excepcionais, como motins, rebeliões ou depredações do patrimônio público, frequentemente resultam na inutilização imediata desses materiais, tornando necessária a substituição emergencial. Ressalte-se que os serviços convencionais de coleta de resíduos disponibilizados pelos municípios não contemplam o recolhimento de colchões, ocasionando seu acúmulo nas unidades penais e agravando riscos sanitários, ambientais e operacionais.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para a coleta, transporte, tratamento e destinação final de colchões inservíveis mostra-se imprescindível, uma vez que as unidades penais não dispõem de meios técnicos ou logísticos para realizar a logística reversa desses



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 23 de 88

resíduos. Considera-se, ainda, que o DEPPEN possui aproximadamente 42.100 PPLs, cada qual utilizando um colchão, e que, ao final de 2023, foram adquiridos 59.400 novos colchões para substituição dos mais deteriorados, estimando-se, assim, um quantitativo mínimo de 42.100 unidades a serem recolhidas, além do fluxo contínuo de descarte ao longo do tempo.

A contratação abrangerá as 118 unidades penais atualmente existentes no Estado do Paraná, bem como aquelas a serem inauguradas nos anos de 2025 e 2026, distribuídas nas 9 regionais do DEPPEN. O serviço assegurará a identificação, segregação, coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada dos colchões inservíveis, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e demais normativos aplicáveis, contribuindo para a proteção da saúde pública, a redução de impactos ambientais, a melhoria da gestão penitenciária e o atendimento às recomendações dos órgãos de fiscalização e controle.

A presente contratação caracteriza-se como serviço de natureza continuada, tendo em vista que a necessidade de coleta, transporte e destinação final ambientalmente adequada de colchões usados e inservíveis nas unidades prisionais ocorre de forma permanente e contínua, decorrente da constante substituição de materiais deteriorados pelo uso regular da população privada de liberdade.

A interrupção da prestação dos serviços poderá ocasionar acúmulo de resíduos volumosos nas unidades prisionais, comprometendo as condições de higiene, salubridade, segurança e organização dos estabelecimentos penais, além de potencial risco ambiental decorrente da destinação inadequada dos materiais.

Trata-se, portanto, de demanda permanente da Administração Pública, indispensável ao regular funcionamento das unidades do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná - DEPPEN, cuja execução deve ocorrer de maneira contínua, a fim de assegurar a manutenção das condições adequadas de operacionalidade, limpeza e gerenciamento de resíduos.

Além disso, a contratação não se caracteriza como atividade eventual ou pontual, mas sim como necessidade administrativa recorrente, razão pela qual se enquadra como serviço contínuo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1.1 Caberá à CONTRATADA a prestação de serviços de coleta, remoção, transporte, tratamento e destinação final dos colchões inservíveis, que atenderá às 118 (cento e dezoito) unidades penais, bem como as unidades a serem inauguradas sob gestão do DEPPEN, e deverá estar em consonância com as exigências contidas no Estudo Técnico Preliminar, neste Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Recolheros resíduos segregados e acondicionados pela CONTRATANTE no(s) local(is) e horários de coleta(s) combinados entre as partes, transportar em veículos apropriados e dar a



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 24 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

destinação final, de acordo com as Normas da ABNT, da ANVISA, do CONAMA, e das demais legislações pertinentes;

3.1.3 Utilizar mão de obra qualificada e legalmente habilitada para os serviços de coleta, transporte e tratamento dos resíduos, devendo observar todas as normas internas da CONTRATANTE, bem como as que regem os serviços objeto deste contrato;

3.1.4 Responsabilizar-se pela admissão de motoristas, operadores, encarregados e todo pessoal necessário ao bom desempenho dos serviços contratados, respeitando as quantidades mínimas e necessárias de funcionários, correndo por sua conta todos os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras de qualquer natureza;

3.1.5 Caberá à CONTRATADA apresentar, nos dias das coletas, os operários devidamente uniformizados e com os EPIs necessários ao desempenho do serviço contratado, providenciando também veículos e equipamentos suficientes para perfeita realização dos serviços;

3.1.6 Contratar motoristas para a prestação dos serviços do presente contrato, legalmente habilitados para operarem os veículos necessários, devendo observar todas as normas internas da CONTRATANTE e das autoridades de trânsito, relativas à circulação de veículos nas suas instalações, nas estradas e nas vias públicas, notadamente quanto ao limite de velocidade permitido;

3.1.7 Dar destinação final aos resíduos infectantes nos locais licenciados pelo órgão ambiental competente e pela(s) Secretaria(s) Municipal Ambiental, sendo que estes devem reunir todas as condições para receber tais resíduos;

3.1.8 As coletas e transporte externos dos resíduos de saúde deverão ser realizados de acordo com as normas ABNT NBR 10004:2020 e ABNT NBR 13221:2003, RDC ANVISA 222/20218, bem como a Lei nº 12.305/2010;

3.1.9 A CONTRATADA somente poderá dar outra destinação aos resíduos mediante prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE, devendo, ainda, observar as normas legais pertinentes;

3.1.10 Responder pela violação, por si, seus empregados ou prepostos, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis aos serviços;

3.1.11 Responder no que lhe compete, pelo atendimento de todas as exigências dos órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, inclusive os de controle ambiental, derivadas da prestação dos serviços.

4 PESQUISA DE PREÇOS

4.1 O valor total da presente aquisição são de **R\$ 2.943.600,00 (Dois milhões novecentos e quarenta e três mil e seiscentos reais).**



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 25 de 88

4.1.2 Para formação dos preços máximos foi realizada pesquisa de preços em conformidade com o disposto no art. 23 §1º da Lei 14.133/2021, art. 296 e 368 do Decreto Estadual nº 10.086/2022:

I –Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS: Foi encaminhada solicitação via sistema GMS aos fornecedores cadastrados, porém não houve retorno de cotação;

II –Preços praticados em contratações similares feitas pela Administração Pública: Foi efetuada pesquisa em contratações realizadas por órgãos públicos de outros estados, porém não foi encontrado nenhum contrato vigente ou processo para contratação do objeto;

III –utilização de dados de pesquisa de preços publicada em mídia especializada: Foi realizada pesquisa via *homepage*, contudo, por se tratar de prestação de serviço específico não é possível obter cotações através dos sites das empresas;

IV –Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores ou prestadores de serviços: Foi encaminhado via email solicitação de orçamento para 27 (vinte e sete) fornecedores do ramo, contudo, apenas 5 (cinco) empresas retornaram com a cotação, conforme demonstrado no protocolo;

V –Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas ou no aplicativo Notas Paraná: A pesquisa retornou sem êxito;

VI –Preços de tabelas oficiais: não foram encontradas tabelas oficiais para a obtenção de cotações para serviço em questão;

4.3 Foi utilizada a **mediana** para formar o preço máximo, respeitando os requisitos de **qualidade mínima**. Considerando a heterogeneidade verificada na distribuição dos preços coletados, bem como a presença de valores discrepantes capazes de comprometer a fidedignidade da estimativa, opta-se pela adoção da mediana como parâmetro para definição do valor estimado da contratação. A mediana representa o ponto central da amostra, dividindo-a em duas partes iguais, não sofrendo influência direta de valores extremos que possam distorcer o resultado quando utilizada a média aritmética. No caso concreto, além de tecnicamente mais adequada diante da variabilidade identificada, a mediana apurada revelou-se mais vantajosa para a Administração quando comparada à média, resultando em valor estimado inferior e mais condizente com o comportamento típico dos preços praticados no mercado.

Assim, o preço adotado para fins de estimativa da contratação corresponderá ao valor da mediana das cotações válidas, por refletir maior robustez estatística, assegurar economicidade e preservar a adequada formação do preço de referência, desconsiderando os valores discrepantes, respeitando os parâmetros de pesquisa e determinações do art. 368 e seus incisos elencados no Decreto Estadual nº 10.086/2022:

§ 1º A utilização, ou não e quaisquer dos parâmetros constantes do incisos I a VI do caput deste artigo deverá ser devidamente justificada pela autoridade competente.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 26 de 88

§ 2º Nos casos dos incisos I, III, IV, V e VI do caput deste artigo, deste artigo somente serão admitidos os preços cujas datas não ultrapassem 6 (seis) meses da data da divulgação do edital.

§ 3º Para a obtenção do valor estimado da contratação, serão utilizados como métodos a média, a mediana ou menor dos valores obtidos na pesquisa de preços e previamente condensados no mapa de formação de preços, sempre de forma justificada, e desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata os incisos I a VI do caput deste artigo.

§ 4º Excepcionalmente, será admitida a obtenção do valor estimado da contratação prevista no § 3º deste artigo com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo servidor responsável e aprovada pela autoridade competente.

§ 5º Deverão ser desconsiderados para os fins do contido no §§ 3º e 4º este artigo os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 6º Tanto a pesquisa de preços quanto a elaboração do mapa de formação de preços deverão ser realizadas e acostadas nos autos do processo por servidor devidamente identificado, o qual se responsabilizará pela veracidade das informações que serão inseridas no instrumento convocatório, no convênio ou instrumento congênere, ou ainda no instrumento oriundo de contratação direta.

§ 7º O mapa de formação de preços, devidamente assinado pelo servidor mencionado no § 6º, deste artigo deverá refletir a pesquisa de preços com os parâmetros e método adotados, além do resultado obtido e correspondente ao valor estimado da contratação.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1 O objeto será licitado em 09 (nove) lotes, realizado através de pregão eletrônico, conforme item 1 e deverá ser atendido em tantas etapas quanto forem solicitadas, em conformidade com as demandas das Unidades do Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná, com vigência de 12 (doze) meses consecutivos e ininterruptos, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, após a verificação da real necessidade e quando comprovadamente vantajoso para a Administração nos termos dos art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6 SUSTENTABILIDADE

6.1 As empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade (art. 363 do Decreto Estadual 10.086/2022):

6.1.1 Que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

6.1.2 Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;

6.1.3 Que observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou outra que venha sucedê-la, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

6.1.4 Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 27 de 88

6.1.5 Que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

6.1.6 Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto Estadual nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;

6.1.7 Que respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

6.1.8 Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei Estadual nº 16.075, de 1º de abril de 2009;

6.1.9 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor;

6.1.10) A CONTRATADA deverá respeitar a legislação e as Normas Técnicas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos:

- a) Lei 12.305/10 - Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- b) NBR 13.463/1995 - Coleta de Resíduos Sólidos.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1 Às empresas que se enquadrem como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado o direito ao tratamento favorecido, especialmente quanto ao critério de desempate ficto, nas condições previstas nos arts. 44 e 45 da referida lei.

7.2 A presente licitação será realizada sob a modalidade de livre concorrência, sem a separação de cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez que tal medida acarretaria prejuízo à execução do objeto em sua integralidade. A prestação dos serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados exige execução integrada, coordenação logística contínua e responsabilidade única, sendo inviável, do ponto de vista técnico e operacional, a atuação simultânea de mais de uma empresa. A divisão do objeto comprometeria o gerenciamento contratual, dificultaria a fiscalização e aumentaria o risco de falhas na execução, razão pela qual a não separação de cotas encontra amparo no § 2º, inciso II, do art. 379 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

8 CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMO COMUNS



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 28 de 88

8.1 Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada;

8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1 Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

9.1.1 Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

9.1.2 Tendo em vista que a contratação trata-se de serviço de coleta de colchões, além dos requisitos previstos nos anexos do edital, a CONTRATADA, no momento da assinatura do contrato deve apresentar os seguintes documentos:

- Licença de Operação expedida junto ao órgão ambiental competente, com finalidade de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos da Saúde;
- Licença da Vigilância Sanitária referente a coleta, transporte e tratamento, conforme **Resolução SESA nº 1034/2020**;
- Licença de operação e/ou Autorização Ambiental da empresa que tratará os resíduos com atividade de tratamento de resíduos por **autoclave**, emitida pelo órgão estadual e/ou Municipal de meio ambiente;
- Licença de operação e/ou Autorização Ambiental da empresa de destino final (**aterro**) com atividade de disposição final de resíduos e aterros sanitários licenciados, emitida pelo órgão estadual e/ou municipal de meio ambiente;
- Caso as licenças de tratamento (autoclave) e disposição final (aterro) não seja em nome da empresa licitante, a mesma deve comprovar o vínculo entre as empresas por meio de contrato e anuência;
- Quando os resíduos forem transportados para fora do Estado do Paraná, a empresa proponente deverá apresentar declaração expressa do Órgão Ambiental competente do Estado receptor, na qual conste sobre aceitação de resíduos de outros Estados da Federação, **conforme art. 3º Inciso II, da Lei do Estado do Paraná nº 12.493/1999 de 22 de Janeiro de 1999**, e apresentar autorização ambiental para o transporte interestadual de produtos perigosos emitido pelo IBAMA, **de acordo com a Lei complementar 140/2011 em seu art. 7º, e a Instrução Normativa do IBAMA nº 5 de 09/05/2012**;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 29 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

- Cadastro Técnico Federal, referente a coleta, transporte, tratamento e disposição final, apresentado através do Certificado de Regularidade emitido pelo IBAMA **de acordo com a Lei 6.938, de 31.08.1981 e lei nº 10.165, de 27/12/2000;**

9.1.2.1 ATESTADODECAPACIDADETÉCNICA

9.1.2.1.1 Alicitantedeveráapresentar01(um) ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do participante, relativo à execução de serviços de coleta de resíduos, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo os seguintes serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos, que comprove(m) a aptidão dolicitanteparadesempenhodeatividadepertinente;

9.1.2.1.2 Será exigida para fins de qualificação técnica a comprovação de serviço prestado por parte

daempresaarrematantedenomínimo20%doobjetoaserlicitado,compatívelemcaracterísticaseprazos ,visando a segurançadacontrataçãoeisenção deriscosà Administração quanto à capacidade para desempenho da atividade do prestador de serviço;

JUSTIFICATIVA: Tal exigência se apresenta compatível com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade os quais devem orientar os atos da Administração Pública, não representando restrição capaz de reduzir o universo de participantes do certame e preservando ademais a isonomia entre potenciais licitantes, a fim de evitar a redução da capacidade de obtenção da proposta mais vantajosa tanto para a própria Administração quanto para o interesse público, ao passo que a demonstração da capacidade técnica mínima confere segurança em relação à execução contratual;

A necessidade de apresentação de um atestado de capacidade técnica para o objeto em questão faz-se importante para comprovar que, a licitante a ser contratada, possui capacidade e qualificação técnica para a execução do serviço em sua totalidade (compatibilidade de fornecimento/execução);

9.1.2.1.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de suas atividades econômicas principais especificadas no contrato social vigente;

9.1.3 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, respeitada a vigência máxima decenal, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 107 da Lei Federal 14.133/2021;

9.1.4 Para a contratação não existe necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas;

9.1.5 Para atendimento da demanda a única solução encontrada foi a coleta realizada por empresa especializada. Conforme pesquisa de mercado, constatamos que as empresas prestadoras do serviço atendem as necessidades da pretensa contratação;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 30 de 88

9.2 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1 São obrigações do Contratado:

10.1.1 Executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 Zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 Apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 Atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 Instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 31 de 88

10.1.11 Instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 Manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

10.1.15 Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1 Alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 Retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.17.4 Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5 Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

10.1.18 Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços sejam prestados de acordo com as exigências estabelecidas, ressalvado à SESP/DEPPEN o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos serviços prestados, ficando eventual ônus decorrente desta análise a cargo exclusivo da CONTRATADA;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 32 de 88

10.1.19 Aceitar, mediante solicitação da SESP/DEPPEN, que se procedam às mudanças nos dias e horários da prestação de serviços, sempre que houver necessidade;

10.1.20 Assegurar a continuidade da prestação de serviços;

10.1.21 Facilitar se solicitado, o acesso de servidor da SESP/DEPPEN às suas dependências para efeito de fiscalização e controle de qualidade do objeto deste contrato;

10.1.22 Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados para a execução deste contrato, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como taxas, impostos, transporte, treinamentos e todos os custos diretos, indiretos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a prestação de serviços ora contratado;

10.1.23 Indenizar a SESP/DEPPEN por todo e qualquer dano decorrente da execução do presente contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;

10.1.24 Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem a SESP/DEPPEN o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA;

10.1.25 Cumprir o disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021;

10.1.26 Manter, de acordo com o art. 349, XIV, da Lei Estadual nº 10.086/2022, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, devendo comunicar a SESP/DEPPEN, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato;

10.1.27 Responsabilizar-se pela admissão de motoristas, operadores, encarregados e todo pessoal necessário ao bom desempenho dos serviços contratados, respeitando as quantidades mínimas e necessárias de funcionários, correndo por sua conta todos os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras de qualquer natureza;

10.1.28 A CONTRATADA somente poderá dar outra destinação aos resíduos mediante prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE, devendo, ainda, observar as normas legais pertinentes;

10.1.29 Responder pela violação, por si, seus empregados ou prepostos, das leis, regulamentos ou posturas aplicáveis aos serviços;

10.1.30 Responder no que lhe compete, pelo atendimento de todas as exigências dos órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, inclusive os de controle ambiental, derivadas da prestação dos serviços;

10.1.31 Atender de imediato, de forma diligente e inquestionável às solicitações de substituição da mão de obra, entendida como inadequada, cuja permanência, atuação e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina e decoro do órgão, à técnica ou ao interesse do serviço, substituindo-os no prazo determinado pelo fiscal do contrato;

10.1.32 A CONTRATADA deverá atender as exigências de reserva de cargos, conforme disposto



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 33 de 88

no art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 Receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 Comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 Efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 Ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;

10.2.12 Efetuar o pagamento nos termos especificados no contrato;

10.2.13 Definir os horários e demais condições da prestação de serviços;

10.2.14 Notificar a CONTRATADA quanto à irregularidade observada na execução do contrato, fixando-lhe prazo para corrigi-la, sendo que a reincidência acarretará as sanções previstas neste Termo;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 34 de 88

10.2.15 Rejeitar a prestação de serviços efetivada em desacordo com o previsto neste termo de referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto;

10.2.16 Assegurar, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local da prestação de serviços, desde que devidamente identificados por crachá;

10.2.17 Diligenciar no sentido de que a entrada às suas instalações e/ou ao(s) local(is) de coleta, seja facilitada ao máximo para os veículos de transportes da CONTRATADA, evitando demora desnecessária na execução dos serviços;

10.2.18 Solicitar a suspensão temporária dos serviços objeto do presente, desde que a respectiva comunicação à CONTRATADA seja feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para os casos de feriados prolongados;

10.2.19 Designar um profissional devidamente habilitado para inspecionar as operações da CONTRATADA;

10.2.20 Designar e informar a CONTRATADA o nome do responsável pelo acompanhamento de execução do contrato, para fins de estabelecer os contatos necessários à sua efetivação;

10.2.21 Viabilizar os meios necessários ao cumprimento das obrigações da CONTRATADA;

10.2.22 Caberá à CONTRATANTE através de relatório mensal, elaborado pelo fiscal do contrato, informar à CONTRATADA a quantidade de coletas efetivamente realizadas em cada mês, e que os pagamentos serão realizados conforme a quantidade de coletas indicadas no referido relatório.

11 GARANTIA DA EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1 Não será exigida garantia de execução contratual, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste na prestação de serviço comum de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem elevado grau de complexidade ou risco contratual. Ademais, a Administração contará com Instrumento de Medição de Resultado (IMR), mecanismo destinado à fiscalização da execução contratual, aferição da qualidade dos serviços prestados e aplicação de glosas e sanções administrativas em caso de descumprimento das obrigações pactuadas, constituindo medida suficiente para assegurar a adequada execução contratual.

11.1.2 Ressalta-se, ainda, que a exigência de garantia contratual poderia restringir a competitividade do certame e ocasionar aumento dos custos da contratação, em razão do repasse dos encargos financeiros às propostas apresentadas pelas licitantes. Além disso, durante a fase de orçamentação não foi solicitada às empresas consultadas a composição de custos contemplando garantia de execução contratual, de modo que eventual inclusão posterior da exigência poderia comprometer a compatibilidade entre os valores estimados e as condições efetivamente exigidas para a contratação.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 35 de 88

12 FORMA DE PAGAMENTO

12.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência;

12.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais;

12.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal;

12.3 O prazo estabelecido no item 12.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão;

12.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada;

12.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 36 de 88

12.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos;

12.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

13 DO REAJUSTAMENTO

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado;

13.1.1 Fica estabelecido como data do orçamento estimado o dia 02/03/2026 (data do fechamento do Mapa de Preços);

13.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O IPCA é amplamente reconhecido como um indicador confiável e utilizado para calcular a inflação no Brasil. A sua aplicação em contratos administrativos é consistente com práticas comuns de reajuste em diversos setores, conferindo transparência e previsibilidade ao processo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

13.2.1 O CONTRATADO ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo;

13.2.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo CONTRATADO mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses. Caso a CONTRATADA não solicite o reajustamento no prazo estipulado, esta receberá o valor proporcional, a partir do momento em que houver o requerimento;

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

13.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento;

13.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 37 de 88

13.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio;

13.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

14 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

14.1 Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital);

14.2 A empresa deverá comprovar ser do ramo de atividade relacionada ao objeto (coleta de resíduos), registrada no conselho de classe competente;

14.3 Comprovar que possui em seu quadro de pessoal responsável técnico devidamente registrado e com registro válido no conselho de classe competente, ou, alternativamente, apresentar declaração formal de que o profissional será disponibilizado e integrado ao quadro técnico da empresa até a data da assinatura do contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do CONTRATADO com outra pessoa jurídica, desde que:

15.1.1 Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

15.1.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e

15.1.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato;

15.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

16 CONTROLE DA EXECUÇÃO

16.1 A CONTRATADA deverá iniciar a prestação dos serviços no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato;

16.2 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 01 (um) dia;

16.2.2 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções;

16.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 38 de 88

14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade;

16.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

16.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

16.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

16.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

17.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, OU outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços OU o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:

17.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

17.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

17.1.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

17.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

17.2.1 Uniformização dos funcionários;

17.2.2 Garantir a qualidade e eficiência no transporte dos resíduos;

17.2.3 Garantir conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços;

17.2.4 Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados.

18 SUBCONTRATAÇÃO



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 39 de 88

18.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 50% (cinquenta por cento) do valor contratual, exclusivamente para as atividades de tratamento e destinação final dos resíduos, desde que previamente autorizada pela Administração;

18.1.1 A empresa subcontratada deverá possuir todas as licenças ambientais e autorizações exigidas pelos órgãos competentes para execução das atividades subcontratadas;

18.1.2 A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto perante a Administração, inclusive quanto aos serviços executados pela subcontratada;

18.1.3 É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, assim definidas no instrumento convocatório, especialmente os serviços de coleta e transporte dos resíduos;

18.1.4 Para fins de comprovação da qualificação técnica:

I – a licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional relativa às parcelas não subcontratáveis do objeto;

II – a capacidade técnica referente às atividades passíveis de subcontratação poderá ser comprovada mediante documentação da futura subcontratada, inclusive licenças ambientais e atestados pertinentes;

18.1.5 É vedada a subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual que tenham participado desta licitação;

18.1.6 No presente objeto, entende-se que a prestação do serviço é composta de 04 (quatro) etapas, sendo: coleta (25%), transporte (25%), tratamento (25%) e destinação final (25%);

18.1.7 Juntamente com os documentos exigidos para habilitação, a subcontratada deverá apresentar carta de anuência, autorizando a empresa coletora dos resíduos a dar a destinação final em seu espaço;

18.2 A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

18.2.1 Esta autorização prévia será concedida na fase de habilitação, juntamente com a CONTRATADA, em que os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão ser apresentadas por ambas (contratada e subcontratada);

18.3 Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

18.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 40 de 88

dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

19 VISTORIA

19.1 Os licitantes poderão realizar vistoria nas unidades prisionais onde ocorrerá a execução dos serviços de coleta dos resíduos até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto aos gestores das unidades através dos seguintes números de telefone: R1: 41 3294-2950, R2: (42) 3219-7400, R3: (42) 3622-2488, R4: (43) 3315-7676, R5: (44) 3220-9445, R6: (44) 3659-2234, R7: (42) 3522-4014, R8: (45) 3226-1773, R9: (45) 3576-1800;

19.2 Caso os licitantes optem por não realizar a vistoria, deverão apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante dos Modelos de Declaração (Modelo 3 do Anexo VI deste Edital);

19.3 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes;

19.4 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

20 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação discriminada:

Gestão/Unidade: 3917.06.421.30.8383 - Gestão do Sistema Penitenciário;

Fonte de Recursos: 500 e/ou 501;

Programa de Trabalho: 3917 Departamento de Polícia Penal - DEPPEN;

Elemento de Despesa: 3390.39

21 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 41 de 88

10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

22 DECRETO ESTADUAL N.º 10.086/ 2022

O servidor que subscreve este Termo de Referência atesta que observou integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

(datado e assinado eletronicamente)

Joelson Muchenski Moraski

Policial Penal - Chefe da Divisão de Compras

ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto na Seção IV do Decreto Estadual 10.086/2022 nos arts. 417, 418 e 419, para a avaliação da qualidade do serviço. A fiscalização técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto, utilizando o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 42 de 88

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2 OBJETIVOS A ATINGIR

2.1 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação e qualidade dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão do fiscal do contrato, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

3 FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1 Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal do contrato deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

3.2 O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada;

4 SANÇÕES

4.1 Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a CONTRATANTE poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

4.2 O fiscal avaliará mensalmente o estabelecido neste IMR, com a finalidade de aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

4.3 O IMR deve ser considerado e entendido pela CONTRATADA como um compromisso de qualidade que assumirá junto à CONTRATANTE. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 43 de 88

obtida. Para o recebimento integral do valor contratado a empresa CONTRATADA deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho;

4.4 O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao fiscal do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo;

4.5 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela CONTRATANTE poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a CONTRATADA não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores;

4.6 A depender da abrangência da ocorrência a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas mensais fica limitado ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis;

4.7 Para efeito de cálculo de Glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da Medição Mensal, considerar-se-á o valor da medição correspondente à data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível afirmar tal data, considerar-se-á a data da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5 DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

5.1 A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário;

5.2 Para tanto, serão quatro indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 44 de 88

Seção IV do Decreto Estadual 10.086/2022 nos arts. 417, 418 e 419		
PROCESSO21.635.482-6 – SERVIÇO DE COLETA DE RESÍDUOS INFECTANTES		
INDICADORES		
1	UNIFORMES	
2	TRANSPORTE DOS COLCHÕES	
3	FUNCIONÁRIOS	
4	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
INDICADOR Nº 01: UNIFORMES		
Finalidade	Garantir a devida uniformização dos funcionários da Contratada.	
Meta a Cumprir	100% dos funcionários adequadamente uniformizados.	
Instrumento de Medição	Conferência local.	
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo gestor e fiscal do contrato.	
Periodicidade	Nos dias programados das coletas.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato	
Ocorrências / Pontuação	Deixar de fornecer conjunto completo de uniforme e EPI aos seus funcionários, conforme previsto no TR.	0,5 ponto por dia
	Deixar de substituir peça de uniforme inadequada ao tamanho do colaborador ou excessivamente danificada ou cuja qualidade tenha sido recusada.	1,0 ponto por dia, por colaborador
	Não utilização de uniforme e EPI pelos funcionários da CONTRATADA; uso de uniforme incompleto ou inadequado, sem a devida justificativa.	0,5 pontos por dia, por colaborador
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, confor	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 45 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

	metabeladedescontos.
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.

INDICADOR Nº 02 – TRANSPORTE		
Finalidade	Garantir a qualidade no transporte dos colchões, evitando transtornos e poluição ao meio ambiente.	
Meta a Cumprir	Realizar o transporte dos colchões de forma adequada e eficaz.	
Instrumento de Medição	Conferência local.	
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo gestor e fiscal do contrato.	
Periodicidade	Nos dias programados das coletas.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	A CONTRATADA não efetuar a apresentação correta, completa e tempestiva de toda a documentação obrigatória relacionada ao transporte dos colchões inservíveis, incluindo manifestos, autorizações ambientais, registros exigidos pelos órgãos competentes e demais documentos previstos na legislação vigente.	1,0 ponto por ocorrência
	Não cumprimento quanto à preservação da carga durante as etapas de carregamento, transporte e descarregamento, de modo a evitar danos, extravios, dispersão de resíduos ou acondicionamento inadequado	2,0 pontos por ocorrência



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 46 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

	dos colchões inservíveis.	
	Não atendimento para fins de comprovação da destinação final ambientalmente adequada dos colchões inservíveis, mediante apresentação, no prazo estabelecido, de certificados, recibos ou documentos equivalentes emitidos por instalações devidamente licenciadas.	2,0 pontos por ocorrência
	Não dispor de meios adequados para a correta coleta e transporte dos colchões inservíveis, incluindo caminhão apropriado para esse tipo de carga, em condições regulares de uso. Deverá contar, ainda, com equipamentos auxiliares e equipe capacitada, de modo a garantir a integridade do serviço e o atendimento às normas ambientais e de segurança aplicáveis.	2,0 pontos por ocorrência
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês e prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 03 - FUNCIONÁRIOS	
Finalidade	Garantir conduta compatível com o objeto e local da prestação de serviços.
Meta a Cumprir	100% da presença dos funcionários, atendimento à conduta e demais condições previstas no contrato.
Instrumento de Medição	Conferência Local.
Forma de Acompanhamento	Visual, pelo gestor e fiscal do contrato.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 47 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

Periodicidade	Nos dias programados das coletas.	
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Não cumprir ao adentrar nas unidades penais para realização das coletas as regras de segurança necessárias, conforme item 10.1.6, 10.1.7, 10.1.10 e 10.1.16 – Obrigações do contratado.	1,0 ponto por ocorrência, por colaborador
	Não acatar as ordens dadas pelos policiais penais responsáveis pela segurança dos estabelecimentos, referente a qualquer tipo de revista necessária.	1,0 ponto por ocorrência, por colaborador
	Adotar conduta incompatível com as atribuições do serviço, favorecendo o surgimento de conflitos e desavenças.	2,0 pontos por ocorrência
Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fisco do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 04 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Finalidade	Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados.
Meta a Cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados.
Instrumento de Medição	Conferência local.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 48 de 88

Forma de Acompanhamento	Visual, pelo gestor e fiscal do contrato.	
Periodicidade	Nos dias programados das coletas.	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Não atendimento às solicitações efetuadas pela gestão e fiscalização do contrato.	1,0 ponto por ocorrência
	Resultado ineficiente da coleta, tais como: lixo não recolhido e não realização das coletas nos dias acordados.	1,0 ponto por ocorrência
	Manter funcionários e suas competências previstas para a execução dos serviços.	0,5 pontos por colaborador
	Não proceder, no prazo fixado pelo fiscal, à substituição de empregado que apresente desempenho insatisfatório ou conduta incompatível com as atribuições do cargo.	1,0 ponto por colaborador, por dia
Faixa de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuados do desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 49 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

8,1 a 11,0	2%dedesconto sobreovalor apuradoparaomêsdeocorrência
11,1a14,0	3%dedesconto sobreovalor apuradoparaomêsdeocorrência
14,1a16,0	4%dedesconto sobreovalor apuradoparaomêsdeocorrência
16,1a20,0	5%dedesconto sobreovalor apuradoparaomêsdeocorrência
20,1a25,0	7%dedesconto sobreovalor apuradoparaomêsdeocorrência
25,1a30,0	10%dedescontosobreovalorapuradoparaomêsdeocorrência
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3.	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência

6 FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1 O Fiscal do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

INDICADOR1	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR2	
Total de ocorrências	



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 50 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR3	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 4	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
NOTAFINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃOFINAL	
Observações:	

7 DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná/DEPPEN e a empresa _____, CNPJ nº _____, e é parte integrante do contrato decorrente do Edital - Pregão Eletrônico nº _____ /2026, celebrado para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 51 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

7.2 Além disso, a intenção deste instrumento é clarear e solidificar o pactuado entre as partes, trabalhando juntos no provimento de serviços de qualidade e com eficiência, visando garantias para o interesse público.

7.3 A assinatura deste instrumento indica que as partes o revisaram e que, em termos de necessidades, apresenta objetivos realizáveis e mensuráveis na execução dos serviços.

Curitiba, de de 2026.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL/DEPPEN

CONTRATADA



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 52 de 88

ANEXO II

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), e os documentos dos itens 1.4, 1.5, 1.6 e 1.7. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR), deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- Cédula de Identidade, no caso de pessoa física.
- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no caso de sociedades por ações;
- Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, no caso de sociedades civis.
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.
- 1.2.1 A empresa deverá comprovar ser do ramo de atividade relacionada ao objeto (coleta de resíduos), registrada no conselho de classe competente;
- 1.2.2 Comprovar que possui em seu quadro de pessoal responsável técnico devidamente registrado e com registro válido no conselho de classe competente, ou, alternativamente, apresentar declaração formal de que o profissional será disponibilizado e integrado ao quadro técnico da empresa até a data da assinatura do contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- Certidões de regularidade com a:
 - Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);
 - Fazenda Estadual (**inclusive do Estado do Paraná para os licitantes sediados em outro Estado da Federação**); e
 - Fazenda Municipal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 53 de 88

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:

1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Portal Nacional de Contratações Pública (PNCP), deverão apresentar resultado: superior ou igual a 01 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 01 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 01 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10 (dez)% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

1.4.1.8 As empresas deverão apresentar a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, calculada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

1.5.1. 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

1.5.1.1 Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, o fornecimento de 1 (um) ou mais atestados em quantidade de no mínimo 20% por cento, em relação a quantidade de bens exigida para cada lote.

1.5.1.2 Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

1.5.1.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de suas atividades econômicas principais especificadas no contrato social vigente;

1.6 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (Anexo VI);



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 54 de 88

1.7 Demais declarações:

- **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (Anexo V);**
- **NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V);**
- **DECLARAÇÃO LGPD (Anexo X).**

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO IX**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022).

1.8.1 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.8.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 55 de 88

ANEXO III

MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 276/2026 - UASG: 453079

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇO

Prestador de serviço:		Inscrição Estadual :		:
CNPJ/CPF :				
Endereço				
Bairro:				
CEP:		Cidade:	Estado:	
Telefone:		Fax:		e-mail:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:		

Constitui objeto desta licitação:a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.

LOTE 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 1 – CURITIBA					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	13.068	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

LOTE 2 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 2 – PONTA GROSSA					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	4.260	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

LOTE 3 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 3 – GUARAPUAVA					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	3.392	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 56 de 88

LOTE 4 - AMPLA CONCORRÊNCIA

REGIONAL 4 – LONDRINA

ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	10.295	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

LOTE 5 - AMPLA CONCORRÊNCIA

REGIONAL 5 – MARINGÁ

ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	4.968	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

LOTE 6 - AMPLA CONCORRÊNCIA

REGIONAL 6 – UMUARAMA

ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	5.484	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

LOTE 7 - AMPLA CONCORRÊNCIA

REGIONAL 7 – FRANCISCO BELTRÃO

ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	3.706	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

LOTE 8 - AMPLA CONCORRÊNCIA

REGIONAL 8 – CASCAVEL

ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
------	-----	---------------------	--------	----------------	------------



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 57 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	3.223	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX
----	------------	--	-------	-----------	-----------

LOTE 9 - AMPLA CONCORRÊNCIA					
REGIONAL 9 – FOZ DO IGUAÇU					
ITEM	GMS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALORTOTAL
01	0316-14471	Contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis.	5.124	R\$ XXXXX	R\$ XXXXX

QUANTIDADE TOTAL DE COLCHÕES A SER COLETADO	VALORTOTAL DOS LOTES
53.520	R\$ XXXXX

2. A validade da proposta é de 90 (noventa) dias.
3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade do serviço contratado, inclusive, durante o período de garantia. O Contratado deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou dos materiais utilizados.
4. Os preços cotados contemplam todos os custos diretos, indiretos e despesas que compõem a prestação de serviços, tais como as despesas com impostos, taxas e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no Contrato.
5. Quando for o caso, os preços cotados contemplam o custo do fornecimento de materiais inerentes ao serviço e os demais relacionados ao objeto, conforme definido no Termo de Referência.
6. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
7. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

Representante Legal



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 58 de 88

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO¹

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º 276/2026 - UASG: **453079**, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de prestação de serviços, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

¹A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 59 de 88

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

Nome do representante legal



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 60 de 88

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

02 – TERMO DE VISTORIA

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 276/2026 - UASG: **453079**

Declaramos que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXXX, por meio de seu representante XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação na licitação, vistoriou as onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões, que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente.

XXXX [Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

[NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL]



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 61 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO

03 – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Pregão Eletrônico nº 276/2026 - UASG: **453079**

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, portador do R.G nº XXXXX, expedido pela XXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local,

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ARAUCÁRIA	Rua Dr. Honestálio Guimarães, 147 - Araucária	83702-580
CADEIA PÚBLICA DE COLOMBO	Rua José Cavassin, 81 – Colombo.	83414-120
CADEIA PÚBLICA DE CURITIBA	Rua Manoel Valdomiro de Macedo, 2921 - Curitiba.	81170-150
CADEIA PÚBLICA DE GUARATUBA	Avenida Cubatão, nº 100 - Guaratuba	83280-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANAGUÁ	Rua Vieira dos Santos, 200 - Paranaguá	83203-050
CADEIA PÚBLICA DE RIO NEGRO	Av. Ildefonso Camargo de Mello, 315 - Rio Negro.	83880-000
CASA DE CUSTÓDIA DE CURITIBA	Rua José Cheinfert, S/N - Curitiba	80611-970
CADEIA PUBLICADE CAMPO LARGO	Rua Joanim Stroparo, 786 - Centro - Campo Largo	83601-460
CASA DE CUSTÓDIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	Rua Sebastiana Santana Fraga, 427 - São José dos Pinhais	83060-500
COLÔNIA PENAL AGROINDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ	Avenida Brasília, S/N - Piraquara	83303-320
COMPLEXO MÉDICO PENAL DO PARANÁ	Avenida Ivone Pimentel, 1.639 - Pinhais	83327-700



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 62 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	Rua Isidio Alves Ribeiro, nº 2800 - Piraquara	83301-970
PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO II - UNIDADE DE SEGURANÇA	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA - PISP	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA II	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ - PFP	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ARAPOTI	Rua José Jorge Direne, 502 - Arapoti	84990-001
CADEIA PÚBLICA DE CASTRO	Rua Tiradentes, 120 - Castro	84165-630
CADEIA PÚBLICA DE JAGUARIAIVA	Rua Rocha Pombo, 188 - Jaguariaiva	84200-000
CADEIA PÚBLICA DE ORTIGUEIRA	Avenida Laurindo Barbosa de Macedo, 731 - Ortigueira	84350-000
CADEIA PÚBLICA DE SENGE	Rua Vereador Francisco Maia, 72 - Sengés	84220-000
CADEIA PÚBLICA DE TELÊMACO BORBA	Avenida Osório Almeida Taques, 300 - Telêmaco Borba	84260-680
CADEIA PÚBLICA DE WENCESLAU BRAZ	Avenida Mal. Deodoro da Fonseca, 367 - Wenceslau Braz	84950-000
CADEIA PÚBLICA HILDEBRANDO DE SOUZA DE PONTA GROSSA	Rua João Gualberto, S/N - Ponta Grossa	84046-070
CRSL – LAPA - EXTENSÃO - ALOJAMENTO DA PEPG- US	Rua Amazonas, 34 - Lapa	83750-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA	Rua Batuira, 600 - Ponta Grossa	84043-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 63 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

TA GROSSA - US		190
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UNID. PROGRESSÃO	Rua Carlos Cavalcanti, 8000 - Ponta Grossa	84030-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA II - LODEVAL SANTOS RIBAS	Rua João Gualberto, S/N - Ponta Grossa	84043-190
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE GUARAPUAVA	Rua Barão de Capanema, 1700 - Guarapuava	85015-280
CADEIA PÚBLICA DE IRATI	Rua XV de Julho, 650 - Irati	85500-000
CADEIA PÚBLICA DE LARANJEIRAS DO SUL	Rua Duque de Caxias, 1190 - Laranjeiras do Sul	85301-000
CADEIA PÚBLICA DE MANOEL RIBAS	Rua Princesa Isabel, 273 - Manoel Ribas	85260-000
CADEIA PÚBLICA DE PINHÃO	Rua XV de Novembro, 28 - Pinhão	85170-000
CADEIA PÚBLICA DE PITANGA	Rua José Klosowski, 881 - Pitanga	85200-000
CADEIA PÚBLICA DE PRUDENTÓPOLIS	Rua Silvas do Brasil, 320 - Prudentópolis	84400-000
CADEIA PÚBLICA DE RESERVA	Rua Quintino Bocaiúva, 620 - Reserva	84320-000
CADEIA PÚBLICA DE SÃO MATEUS DO SUL	Rua Theodoro Toppel, 625 - São Mateus do Sul	83900-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE GUARAPUAVA U.P	Rua Flávio Correia dos Santos, 400 - Guarapuava	85053-390
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA	Rua Dário Borges de Lis, 439 - Guarapuava	85063-480
CADEIA PÚBLICA DE LARANJEIRAS – REGIONAL 3 (LOTE 03) (A SER INAUGURADA)	Rua Pintado S/N – Laranjeiras do Sul	85304-566
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
---------	----------	-----



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 64 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CADEIA PÚBLICA DE ANDIRA	Travessa São Francisco de Assis, 115 – Vila Americana - Andirá	86380-000
CADEIA PÚBLICA DE APUCARANA	Rua Nova Ucrânia, 688 – Vila Nossa Senhora da Conceição - Apucarana	86902-500
CASA DE CUSTÓDIA DE ARAPONGAS	Rua Rouxinol, 5846 - Jardim Alto da Boa Vista - Arapongas	86706-764
CADEIA PÚBLICA DE BANDEIRANTES	Av. Edelina Meneghel Rando, nº 2729 - Bandeirantes	86360-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMBARÁ	Rua Benjamin Constat, 1155 – Centro - Cambará	86390-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMBÉ	Rua da Esperança, 50 - Jardim Alvorada - Cambé	86191-010
CADEIA PÚBLICA DE CARLOPOLIS	Av. Elson Soares, 1005 - Carlópolis	86420-000
CADEIA PÚBLICA DE CORNELIO PROCOPIO	Rua Gralha Azul, S/N – Jardim Primavera - Cornélio Procópio	86300-000
CADEIA PÚBLICA DE FAXINAL	Rua Leonidas Buy, nº 744, Centro - Faxinal	86840-000
CADEIA PÚBLICA DE IBAITI	Rua Antonio Moura Bueno, 869 – Centro - Ibaíti	84900-000
CADEIA PÚBLICA DE IBIPORÁ	Rua Antônia de Barros, 560 - Centro, Ibiporã	86200-000
CADEIA PÚBLICA DE IVAIPORÁ	Rua Emílio Menezes, nº 230 - Centro, Ivaiporã	86870-000
CADEIA PÚBLICA DE JACAREZINHO	Rua Coronel Batista, 15 – Centro - Jacarezinho	86400-000
CADEIA PÚBLICA DE PORECATU	Avenida Antonio Fernandes, 312 – Centro - Porecatu	86160-000
CADEIA PÚBLICA DE ROLÂNDIA	Avenida Arthur Thomas, 620 – Centro - Rolândia	86600-000
CADEIA PÚBLICA DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	Rua Pedro Claro Oliveira, 149 – Vila Claro – Sto. Antonio da Platina	86430-000
CADEIA PÚBLICA FEMININA DE LONDRINA	Rua Serra do Roncador, 1192 - Jardim Novo Bandeirantes - Londrina	86065-590
CADEIA PÚBLICA MASCULINA DE LONDRINA - CITL	Av. Dez de Dezembro, 4440 - Europa, - Londrina	86046-050
CASA DE CUSTÓDIA DE LONDRINA	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 6000 - Estrada para Ma-	86109-990



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 65 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

	ravilha - Londrina	
CENTRO DE REINTEGRACAO SOCIAL DE ASSAÍ (CRESA)	Av Paul Harris, 170 - Assaí	86220-000
CENTRO DE REINTEGRACÃO SOCIAL DE LONDRINA	Rua Santa Marta, 427 - Jardim Espanha - Londrina	86027-550
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA	Rua Maria da Glória Barroso Casarin, 100 - Londrina	86045-140
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA II	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 5925 - Londrina	86041-271
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA III	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 5825 - Londrina	86045-140
PENITENCIÁRIA DE RIBEIRÃO DO PINHAL - REGIONAL 4 (LOTE 04) (A SER INAUGURADA)	PR 439 S/N – Ribeirão do Pinhal	86490-000
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ALTO PARANA	Rua Estados Unidos, 3334 - Alto Paraná	87750-000
CADEIA PÚBLICA DE ASTORGA	Rua José Abrahão Keide, 1310 - Astorga	86730-000
CADEIA PÚBLICA DE COLORADO	Rua Rio Grande do Norte, 191 - Colorado	86690-000
CADEIA PÚBLICA DE ENGENHEIRO BELTRAO	Rua General Osório, 100 - Engenheiro Beltrão	87270-000
CADEIA PÚBLICA DE JANDAIA DO SUL	Rua Clementino Schiavon Puppi, 454 - Jandaia do Sul	86900-000
CADEIA PÚBLICA DE MANDAGUAÇU	Avenida Ney Braga, 630 - Mandaguçu	87160-000
CADEIA PÚBLICA DE MANDAGUARI	Rua Santos Dumont, 1000 - Mandaguari	86975-000
CADEIA PÚBLICA DE MARIALVA	Rua Santa Efigênia, 1428 - Marialva	86990-000
CADEIA PÚBLICA DE MARINGÁ	Rua Mandacaru, 560 - Maringá	87080-060
CADEIA PUBLICA DE NOVA ESPERANÇA	Rua Visconde de Guarapuava, 305 - Nova Esperança	87600-000



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 66 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CADEIA PÚBLICA DE NOVA LONDRINA	Avenida Fioravante José Montanher, 810 - Nova Londrina	87970-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANACITY	Avenida Brasil, 972 - Paranacity	87660-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANAVAI	Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, 4300 - Paranaíba	87707-000
CADEIA PÚBLICA DE SARANDI	Rua Guaiapó, 113 - Sarandi	86111-120
CASA DE CUSTÓDIA DE MARINGÁ	Estrada Velha para Paiçandu, 2704 - Maringá	87001-970
COLÔNIA PENAL INDUSTRIAL DE MARINGÁ	Estrada Velha para Paiçandu, 2812 - Maringá	87065-165
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ	Estrada Velha para Paiçandu - Maringá	87065-130
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ALTONIA	Avenida XV De novembro, 1487 - Altônia	87550-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO I	Travessa David Curi, S/N - Campo Mourão	87302-120
CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO II	Rua Celest Keler Dec, S/N - Campo Mourão	87308-070
CADEIA PÚBLICA DE CIANORTE	Rua monte verde, 91 - Cianorte	87208-016
CADEIA PÚBLICA DE CIDADE GAÚCHA	Avenida Rio Grandense, 1509 - Cidade Gaúcha	87820-000
CADEIA PÚBLICA DE GOIOERÊ	Avenida Brasília, 1.100 - Goioerê	87360-000
CADEIA PÚBLICA DE IPORÃ	Rua Senador Souza Naves, 1632 - Iporã	87560-000
CADEIA PÚBLICA DE LOANDA	Rodovia PR 182, KM 01, rodovia Loanda a Santa Isabel do Ivaí - Loanda	87900-000
CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA	Avenida Rondônia, 3299 - Umuarama	87503-470
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE	Rua Santo André, 310 - Cruzeiro do Oeste	87400-000
PENITENCIARIA ESTADUAL DE GUAÍ-BA	Avenida Nilton Sérgio Jacobsen,	85980-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 67 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

RA	205 - Guaíra	000
CIS CAMPO MOURÃO – REGIONAL 6 (LOTE 06) (A SER INAUGURADA)	PR 439 S/N – Ribeirão do Pinhal	87308-070
CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA – REGIONAL 6 (LOTE 06) (A SER INAUGURADA)	Estrada da Canelinha S/N – Umuarama	87507-190
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE CAPANEMA	Av. Espírito Santo, 476 - Capanema	85760-000
CADEIA PÚBLICA DE DOIS VIZINHOS	Av. Rio Grande do Sul, 927 - Dois Vizinhos	85660-000
CADEIA PÚBLICA DE FRANCISCO BELTRÃO	Rua Tenente Camargo, 733 - Francisco Beltrão	85605-090
CADEIA PÚBLICA DE PALMAS	Av. Capitão Paulo Araújo, 363 - Palmas	85555-000
CADEIA PÚBLICA DE PATO BRANCO	Rua Xavantes, 279 - Pato Branco	85501-220
CADEIA PÚBLICA DE STO. ANTONIO DO SUDOESTE	Rua Prefeito Armando Facinne, 363 - Sto. Antonio do Sudoeste	85710-000
CADEIA PÚBLICA DE UNIÃO DA VITÓRIA	Rua Marechal Deodoro, 150 - União da Vitória	84600-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FRANCISCO BELTRÃO	ROD. PR 483, KM 12 - Francisco Beltrão	85601-970
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE CAMPINA DA LAGOA	Rua Arthur Bauer, 334 - Campina da Lagoa	87345-000
CADEIA PÚBLICA DE CASCAVEL	Rua da Bandeira, 1301 - Cascavel	85812-270
CADEIA PÚBLICA DE CORBELIA	Rua Rosa, 440 - Corbélia	85420-000
CADEIA PÚBLICA DE MARECHAL CANDIDO RONDON	Avenida Rio Grande do Sul, 55 - Mal. Candido Rondon	85960-000
CADEIA PÚBLICA DE QUEDAS DO I-	Rua Carvalho, 3681 - Quedas do	85460-



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 68 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

GUAÇU	Iguaçu	000
CADEIA PÚBLICA DE TOLEDO	Rua Almirante Tamandaré, 753 - Toledo	85901-210
PENITENCIÁRIA ESTADUAL THIAGO BORGES DE CARVALHO	BR 277, KM 579, S/N - Cascavel	85818-560
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL MARCELO PINHEIRO	BR 277, KM 579, S/N - Cascavel	85818-560
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ASSIS CHATEAUBRIAND	Avenida Cívica nº 566-610 - Assis Chateaubriand	85935-000
CADEIA PÚBLICA DE MEDIANEIRA	Avenida Lagoa Vermelha, 1333 - Medianeira	85864-000
CADEIA PÚBLICA DE PALOTINA	Rua 7 de Setembro, 477 - Palotina	85950-000
CADEIA PÚBLICA LAUDEMIR NEVES DE FOZ DO IGUAÇU	Rua Netuno, 182 - Foz do Iguaçu	85859-676
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU	Avenida Mercúrio, 850 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU - PEF IV	Avenida Mercúrio, 420 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU II	Avenida Mercúrio, 580 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU UP - PEF III	Avenida Mercúrio, 801 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU - U P	Rua Venus, 544 - Foz do Iguaçu	85859-685
RESERVA TÉCNICA		

, onde serão executados os serviços de coleta serão prestados nas sedes das unidades prisionais passíveis de vistoria. Não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

XXXX [Local], XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 69 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

ANEXO VII

LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Todas as unidade seguem o mesmo horário e dias de funcionamento: De segunda a sexta-feira das 08:30 às 11:50 e das 13:00 às 16:30

Responsável pelo Recebimento: Direção da unidade

Telefone:(41 3294-2950)

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ARAUCÁRIA	Rua Dr. Honestálio Guimarães, 147 - Araucária	83702-580
CADEIA PÚBLICA DE COLOMBO	Rua José Cavassin, 81 – Colombo.	83414-120
CADEIA PÚBLICA DE CURITIBA	Rua Manoel Valdomiro de Macedo, 2921 - Curitiba.	81170-150
CADEIA PÚBLICA DE GUARATUBA	Avenida Cubatão, nº 100 - Guaratuba	83280-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANAGUÁ	Rua Vieira dos Santos, 200 - Paranaguá	83203-050
CADEIA PÚBLICA DE RIO NEGRO	Av. Ildefonso Camargo de Mello, 315 - Rio Negro.	83880-000
CASA DE CUSTÓDIA DE CURITIBA	Rua José Cheinfert, S/N - Curitiba	80611-970
CADEIA PUBLICADE CAMPO LARGO	Rua Joanim Stroparo, 786 - Centro - Campo Largo	83601-460
CASA DE CUSTÓDIA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	Rua Sebastiana Santana Fraga, 427 - São José dos Pinhais	83060-500
COLÔNIA PENAL AGROINDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ	Avenida Brasília, S/N - Piraquara	83303-320
COMPLEXO MÉDICO PENAL DO PARANÁ	Avenida Ivone Pimentel, 1.639 - Pinhais	83327-700
CASA DE CUSTÓDIA DE PIRAQUARA	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
CENTRO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA	Rua Isidio Alves Ribeiro, nº 2800 - Piraquara	83301-970
PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO - UNIDADE DE PROGRESSÃO	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 70 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

PENITENCIÁRIA CENTRAL DO ESTADO II - UNIDADE DE SEGURANÇA	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE PIRAQUARA - PISP	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PIRAQUARA II	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
PENITENCIÁRIA FEMININA DO PARANÁ - PFP	Rua Isidio Alves Ribeiro, S/N - Piraquara	83304-240
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ARAPOTI	Rua José Jorge Direne, 502 - Arapoti	84990-001
CADEIA PÚBLICA DE CASTRO	Rua Tiradentes, 120 - Castro	84165-630
CADEIA PÚBLICA DE JAGUARIAIVA	Rua Rocha Pombo, 188 - Jaguariaíva	84200-000
CADEIA PÚBLICA DE ORTIGUEIRA	Avenida Laurindo Barbosa de Macedo, 731 - Ortigueira	84350-000
CADEIA PÚBLICA DE SENGES	Rua Vereador Francisco Maia, 72 - Sengés	84220-000
CADEIA PÚBLICA DE TELÊMACO BORBA	Avenida Osório Almeida Taques, 300 - Telêmaco Borba	84260-680
CADEIA PÚBLICA DE WENCESLAU BRAZ	Avenida Mal. Deodoro da Fonseca, 367 - Wenceslau Braz	84950-000
CADEIA PÚBLICA HILDEBRANDO DE SOUZA DE PONTA GROSSA	Rua João Gualberto, S/N - Ponta Grossa	84046-070
CRSL – LAPA - EXTENSÃO - ALOJAMENTO DA PEPG- US	Rua Amazonas, 34 - Lapa	83750-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA - US	Rua Batuíra, 600 - Ponta Grossa	84043-190
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UNID. PROGRESSÃO	Rua Carlos Cavalcanti, 8000 - Ponta Grossa	84030-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE PONTA GROSSA II - LODEVAL SANTOS RIBAS	Rua João Gualberto, S/N - Ponta Grossa	84043-190



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 71 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

RESERVA TÉCNICA		
-----------------	--	--

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE GUARAPUAVA	Rua Barão de Capanema, 1700 - Guarapuava	85015-280
CADEIA PÚBLICA DE IRATI	Rua XV de Julho, 650 - Irati	85500-000
CADEIA PÚBLICA DE LARANJEIRAS DO SUL	Rua Duque de Caxias, 1190 - Laranjeiras do Sul	85301-000
CADEIA PÚBLICA DE MANOEL RIBAS	Rua Princesa Isabel, 273 - Manoel Ribas	85260-000
CADEIA PÚBLICA DE PINHÃO	Rua XV de Novembro, 28 - Pinhão	85170-000
CADEIA PÚBLICA DE PITANGA	Rua José Klosowski, 881 - Pitanga	85200-000
CADEIA PÚBLICA DE PRUDENTÓPOLIS	Rua Silvas do Brasil, 320 - Prudentópolis	84400-000
CADEIA PÚBLICA DE RESERVA	Rua Quintino Bocaiúva, 620 - Reserva	84320-000
CADEIA PÚBLICA DE SÃO MATEUS DO SUL	Rua Theodoro Toppel, 625 - São Mateus do Sul	83900-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE GUARAPUAVA U.P	Rua Flávio Correia dos Santos, 400 - Guarapuava	85053-390
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL DE GUARAPUAVA	Rua Dário Borges de Lis, 439 - Guarapuava	85063-480
CADEIA PÚBLICA DE LARANJEIRAS – REGIONAL 3 (LOTE 03) (A SER INAUGURADA)	Rua Pintado S/N – Laranjeiras do Sul	85304-566
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ANDIRA	Travessa São Francisco de Assis, 115 – Vila Americana - Andirá	86380-000
CADEIA PÚBLICA DE APUCARANA	Rua Nova Ucrânia, 688 – Vila Nossa Senhora da Conceição - Apucarana	86902-500
CASA DE CUSTÓDIA DE ARAPONGAS	Rua Rouxinol, 5846 - Jardim Alto da Boa Vista - Arapongas	86706-764



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 72 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CADEIA PÚBLICA DE BANDEIRANTES	Av. Edelina Meneghel Rando, nº 2729 - Bandeirantes	86360-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMBARA	Rua Benjamin Constat, 1155 - Centro - Cambará	86390-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMBE	Rua da Esperança, 50 - Jardim Alvorada - Cambé	86191-010
CADEIA PÚBLICA DE CARLOPOLIS	Av. Elson Soares, 1005 - Carlópolis	86420-000
CADEIA PÚBLICA DE CORNELIO PROCOPIO	Rua Gralha Azul, S/N - Jardim Primavera - Cornélio Procópio	86300-000
CADEIA PÚBLICA DE FAXINAL	Rua Leonidas Buy, nº 744, Centro - Faxinal	86840-000
CADEIA PÚBLICA DE IBAITI	Rua Antonio Moura Bueno, 869 - Centro - Ibaiti	84900-000
CADEIA PÚBLICA DE IBIPORA	Rua Antônia de Barros, 560 - Centro, Ibiporã	86200-000
CADEIA PÚBLICA DE IVAIPORA	Rua Emílio Menezes, nº 230 - Centro, Ivaiporã	86870-000
CADEIA PÚBLICA DE JACAREZINHO	Rua Coronel Batista, 15 - Centro - Jacarezinho	86400-000
CADEIA PÚBLICA DE PORECATU	Avenida Antonio Fernandes, 312 - Centro - Porecatu	86160-000
CADEIA PÚBLICA DE ROLANDIA	Avenida Arthur Thomas, 620 - Centro - Rolândia	86600-000
CADEIA PUBLICA DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	Rua Pedro Claro Oliveira, 149 - Vila Claro - Sto. Antonio da Platina	86430-000
CADEIA PÚBLICA FEMININA DE LONDRINA	Rua Serra do Roncador, 1192 - Jardim Novo Bandeirantes - Londrina	86065-590
CADEIA PÚBLICA MASCULINA DE LONDRINA - CITL	Av. Dez de Dezembro, 4440 - Europa, - Londrina	86046-050
CASA DE CUSTÓDIA DE LONDRINA	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 6000 - Estrada para Maravilha - Londrina	86109-990
CENTRO DE REINTEGRACAO SOCIAL DE ASSAÍ (CRESA)	Av Paul Harris, 170 - Assaí	86220-000
CENTRO DE REINTEGRACÃO SOCIAL DE LONDRINA	Rua Santa Marta, 427 - Jardim Espanha - Londrina	86027-550
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA	Rua Maria da Glória Barroso Casarin, 100 - Londrina	86045-140



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 73 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA II	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 5925 - Londrina	86041-271
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE LONDRINA III	Rodovia João Alves da Rocha Loures, 5825 - Londrina	86045-140
PENITENCIÁRIA DE RIBEIRÃO DO PINHAL - REGIONAL 4 (LOTE 04) (A SER INAUGURADA)	PR 439 S/N – Ribeirão do Pinhal	86490-000
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ALTO PARANA	Rua Estados Unidos, 3334 - Alto Paraná	87750-000
CADEIA PÚBLICA DE ASTORGA	Rua José Abrahão Keide, 1310 - Astorga	86730-000
CADEIA PÚBLICA DE COLORADO	Rua Rio Grande do Norte, 191 - Colorado	86690-000
CADEIA PÚBLICA DE ENGENHEIRO BELTRAO	Rua General Osório, 100 - Engenheiro Beltrão	87270-000
CADEIA PÚBLICA DE JANDAIA DO SUL	Rua Clementino Schiavon Puppi, 454 - Jandaia do Sul	86900-000
CADEIA PÚBLICA DE MANDAGUAÇU	Avenida Ney Braga, 630 - Mandaguçu	87160-000
CADEIA PÚBLICA DE MANDAGUARI	Rua Santos Dumont, 1000 - Mandaguari	86975-000
CADEIA PÚBLICA DE MARIALVA	Rua Santa Efigênia, 1428 - Marialva	86990-000
CADEIA PÚBLICA DE MARINGÁ	Rua Mandacaru, 560 - Maringá	87080-060
CADEIA PÚBLICA DE NOVA ESPERANÇA	Rua Visconde de Guarapuava, 305 - Nova Esperança	87600-000
CADEIA PÚBLICA DE NOVA LONDRINA	Avenida Fioravante José Montanher, 810 - Nova Londrina	87970-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANACITY	Avenida Brasil, 972 - Paranacity	87660-000
CADEIA PÚBLICA DE PARANAVAI	Avenida Deputado Heitor Alencar Furtado, 4300 - Paranaíba	87707-000
CADEIA PÚBLICA DE SARANDI	Rua Guaiapó, 113 - Sarandi	86111-120



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 74 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

CASA DE CUSTÓDIA DE MARINGÁ	Estrada Velha para Paiçandu, 2704 - Maringá	87001-970
COLÔNIA PENAL INDUSTRIAL DE MARINGÁ	Estrada Velha para Paiçandu, 2812 - Maringá	87065-165
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ	Estrada Velha para Paiçandu - Maringá	87065-130
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ALTONIA	Avenida XV De novembro, 1487 - Altônia	87550-000
CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO I	Travessa David Curi, S/N - Campo Mourão	87302-120
CADEIA PÚBLICA DE CAMPO MOURÃO II	Rua Celest Keler Dec, S/N - Campo Mourão	87308-070
CADEIA PÚBLICA DE CIANORTE	Rua monte verde, 91 - Cianorte	87208-016
CADEIA PÚBLICA DE CIDADE GAÚCHA	Avenida Rio Grandense, 1509 - Cidade Gaúcha	87820-000
CADEIA PÚBLICA DE GOIOERE	Avenida Brasília, 1.100 - Goioerê	87360-000
CADEIA PÚBLICA DE IPORÃ	Rua Senador Souza Naves, 1632 - Iporã	87560-000
CADEIA PÚBLICA DE LOANDA	Rodovia PR 182, KM 01, rodovia Loanda a Santa Isabel do Ivaí - Loanda	87900-000
CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA	Avenida Rondônia, 3299 - Umuarama	87503-470
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE CRUZEIRO DO OESTE	Rua Santo André, 310 - Cruzeiro do Oeste	87400-000
PENITENCIARIA ESTADUAL DE GUAÍRA	Avenida Nilton Sérgio Jacobsen, 205 - Guaíra	85980-000
CIS CAMPO MOURÃO – REGIONAL 6 (LOTE 06) (A SER INAUGURADA)	PR 439 S/N – Ribeirão do Pinhal	87308-070
CADEIA PÚBLICA DE UMUARAMA – REGIONAL 6 (LOTE 06) (A SER INAUGURADA)	Estrada da Canelinha S/N – Umuarama	87507-190
RESERVA TÉCNICA		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 75 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE CAPANEMA	Av. Espírito Santo, 476 - Capanema	85760-000
CADEIA PÚBLICA DE DOIS VIZINHOS	Av. Rio Grande do Sul, 927 - Dois Vizinhos	85660-000
CADEIA PÚBLICA DE FRANCISCO BELTRÃO	Rua Tenente Camargo, 733 - Francisco Beltrão	85605-090
CADEIA PÚBLICA DE PALMAS	Av. Capitão Paulo Araújo, 363 - Palmas	85555-000
CADEIA PÚBLICA DE PATO BRANCO	Rua Xavantes, 279 - Pato Branco	85501-220
CADEIA PÚBLICA DE STO. ANTONIO DO SUDOESTE	Rua Prefeito Armando Facinne, 363 - Sto. Antonio do Sudoeste	85710-000
CADEIA PÚBLICA DE UNIÃO DA VITÓRIA	Rua Marechal Deodoro, 150 - União da Vitória	84600-000
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FRANCISCO BELTRÃO	ROD. PR 483, KM 12 - Francisco Beltrão	85601-970
RESERVA TÉCNICA		

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE CAMPINA DA LAGOA	Rua Arthur Bauer, 334 - Campina da Lagoa	87345-000
CADEIA PÚBLICA DE CASCAVEL	Rua da Bandeira, 1301 - Cascavel	85812-270
CADEIA PÚBLICA DE CORBÉLIA	Rua Rosa, 440 - Corbélia	85420-000
CADEIA PÚBLICA DE MARECHAL CANDIDO RONDON	Avenida Rio Grande do Sul, 55 - Mal. Candido Rondon	85960-000
CADEIA PÚBLICA DE QUEDAS DO IGUAÇU	Rua Carvalho, 3681 - Quedas do Iguaçu	85460-000
CADEIA PÚBLICA DE TOLEDO	Rua Almirante Tamandaré, 753 - Toledo	85901-210
PENITENCIÁRIA ESTADUAL THIAGO BORGES DE CARVALHO	BR 277, KM 579, S/N - Cascavel	85818-560
PENITENCIÁRIA INDUSTRIAL MARCELO PINHEIRO	BR 277, KM 579, S/N - Cascavel	85818-560
RESERVA TÉCNICA		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 76 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

UNIDADE	ENDEREÇO	CEP
CADEIA PÚBLICA DE ASSIS CHATEAUBRIAND	Avenida Cívica nº 566-610 - Assis Chateaubriand	85935-000
CADEIA PÚBLICA DE MEDIANEIRA	Avenida Lagoa Vermelha, 1333 - Medianeira	85864-000
CADEIA PÚBLICA DE PALOTINA	Rua 7 de Setembro, 477 - Palotina	85950-000
CADEIA PÚBLICA LAUDEMIR NEVES DE FOZ DO IGUAÇU	Rua Netuno, 182 - Foz do Iguaçu	85859-676
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU	Avenida Mercúrio, 850 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU - PEF IV	Avenida Mercúrio, 420 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU II	Avenida Mercúrio, 580 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE FOZ DO IGUAÇU UP - PEF III	Avenida Mercúrio, 801 - Foz do Iguaçu	85859-675
PENITENCIÁRIA FEMININA DE FOZ DO IGUAÇU - U P	Rua Venus, 544 - Foz do Iguaçu	85859-685
RESERVA TÉCNICA		



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 77 de 88

ANEXO VIII

MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [XXXXXXXXXX]

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão Secretaria de Estado da Segurança Pública, com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba/PR, CEP: 80.420-170, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 76.416.932/0001-81, neste ato representado pelo Secretário de Segurança Pública, Cel PM RR Hudson Leôncio Teixeira, nomeado pelo Decreto nº 12/2023 de 01/01/2023, inscrito no CPF sob o n.º 840.630.419-72, portador da carteira de identidade n.º 5.546.799-4.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXXX, portador da carteira de identidade n.º XXXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXXX, e-mail XXXXXXXXX e telefone XXXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º PE-276/2026, (protocolo n.º 24.663.468-8 do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:

a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de colchões usados e inservíveis., conforme descrito no Termo de Referência.

2 FUNDAMENTO:

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico nº276/2026- UASG: **453079**, objeto do processo administrativo n.º 24.663.468-8, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado nº XXXXXXXXX, de XXXXXXXXX e conforme ato de autorização no Movimento nº. XXXX deste protocolo.

3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

3.1 O Contratante pagará ao Contratado os preços (unitários/global) previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:

3.2 O valor total do contrato é de R\$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).

3.3 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

4. REAJUSTE

4.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado;

4.1.1 Fica estabelecido como data do orçamento estimado o dia 02/03/2026 (data do fechamento do Mapa de Preços);

4.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O IPCA é amplamente reconhecido como um indicador confiável e utilizado para calcular a inflação no Brasil. A sua aplicação em contratos administrativos é consistente com práticas comuns de reajuste em diversos setores, conferindo transparência e previsibilidade ao processo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 78 de 88

4.2.1 O CONTRATADO ao assinar aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo;

4.2.2 O reajuste deverá ser solicitado pelo CONTRATADO mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses. Caso a CONTRATADA não solicite o reajustamento no prazo estipulado, esta receberá o valor proporcional, a partir do momento em que houver o requerimento;

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

4.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo;

4.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

4.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

4.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

4.8 O reajuste será realizado por apostilamento;

4.8.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura;

4.8.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio;

4.9 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:

6.1 A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por preço unitário.

6.2 O serviço terá início em 10 (dez) dias a partir da assinatura do contrato;

6.3 Os serviços serão prestados na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 1 (um) dia;

6.5 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade;

6.6 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

6.6.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 79 de 88

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

6.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7 FONTE DE RECURSOS:

7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 3917.06.421.30.8383 - Gestão do Sistema Penitenciário;

Fonte de Recursos: 500 e/ou 501;

Programa de Trabalho: Departamento de Polícia Penal - DEPPEN;

Elemento de Despesa: 3390.39

8 VIGÊNCIA:

8.1 O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

9 PAGAMENTO:

9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 80 de 88

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;

10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.17.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 81 de 88

10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

10.1.17.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

10.1.17.6 Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

10.1.18 Cumprir fielmente o contrato, de modo que os serviços sejam prestados de acordo com as exigências estabelecidas, ressalvado à SESP/DEPPEN o direito de, a qualquer tempo e sempre que julgar necessário, proceder à análise dos serviços prestados, ficando eventual ônus decorrente desta análise a cargo exclusivo da CONTRATADA;

10.1.19 Aceitar, mediante solicitação da SESP/DEPPEN, que se procedam as mudanças nos dias e horários da prestação de serviços, sempre que houver necessidade;

10.1.20 A CONTRATADA deverá atender as exigências de reserva de cargos, conforme disposto no art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021.

10.2 São obrigações do Contratante:

10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;

10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;

10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;

10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

11.1.1 Tendo em vista que o pagamento será efetuado somente após o término do serviço, posteriormente ao recebimento definitivo e também após as notas serem atestadas e certificadas pelo gestor e fiscal do contrato, assim a administração pública não corre riscos, por este motivo sendo dispensada a apresentação de garantia.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 82 de 88

12 PENALIDADES:

12.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2 A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

12.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

12.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

12.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

13 CASOS DE EXTINÇÃO:

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

13.2 Constituem motivo para extinção do contrato:

13.2.1 O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

13.2.2 O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

13.2.3 A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;

13.2.4 O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.5 A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;

13.2.6 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;

13.2.7 O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;

13.2.8 O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;

13.2.9 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;

13.2.10 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 83 de 88

- 13.2.11** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 13.2.12** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 13.2.13** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
- 13.2.14** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;
- 13.2.15** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
- 13.2.16** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 13.2.17** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 13.2.18** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 13.2.19** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
- 13.2.20** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 13.2.21** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 13.2.22** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:
- 13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- 13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
- 13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

- 14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
- 14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- 14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 84 de 88

14.4 Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 50% (cinquenta por cento) do valor contratual, exclusivamente para as atividades de tratamento e destinação final dos resíduos, desde que previamente autorizada pela Administração;

15.1.1 A empresa subcontratada deverá possuir todas as licenças ambientais e autorizações exigidas pelos órgãos competentes para execução das atividades subcontratadas;

15.1.2 A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução do objeto perante a Administração, inclusive quanto aos serviços executados pela subcontratada;

15.1.3 É vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, assim definidas no instrumento convocatório, especialmente os serviços de coleta e transporte dos resíduos;

15.1.4 Para fins de comprovação da qualificação técnica:

I – a licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional relativa às parcelas não subcontratáveis do objeto;

II – a capacidade técnica referente às atividades passíveis de subcontratação poderá ser comprovada mediante documentação da futura subcontratada, inclusive licenças ambientais e atestados pertinentes;

15.1.5 É vedada a subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual que tenham participado desta licitação;

15.1.6 No presente objeto, entende-se que a prestação do serviço é composta de 04 (quatro) etapas, sendo: coleta (25%), transporte (25%), tratamento (25%) e destinação final (25%);

15.1.7 Juntamente com os documentos exigidos para habilitação, a subcontratada deverá apresentar carta de anuência, autorizando a empresa coletora dos resíduos a dar a destinação final em seu espaço;

15.2 A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto;

15.2.1 Esta autorização prévia será concedida na fase de habilitação, juntamente com a CONTRATADA, em que os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão ser apresentadas por ambas (contratada e subcontratada);

15.3 Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral do CONTRATADO pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;

15.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL

DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 85 de 88

16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

17.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos, incluindo IMR junto ao anexo I e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

17.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

17.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8	Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)	Edital - página 86 de 88
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------

17.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 87 de 88

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- () COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal



DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE LICITAÇÕES

Protocolo nº 24.663.468-8

Pregão nº PE-276/2026 (UASG: 453079)

Edital - página 88 de 88

ANEXO X
DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal